

Sanado o caso Jari, o empresariado será chamado para Carajás

RICARDO GONTIJO

RIO — O projeto Jari não vai tirar investidores do Projeto Carajás, segundo garante o ex-ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, que vem articulando uma associação de empresários brasileiros para a exploração dos minérios de Carajás, com exceção do ferro, que continuará com a Vale do Rio Doce. Em entrevista à "Folha" ele fala dos dois projetos e revela que as falhas no Jari tiveram repercussão internacional.

Reis Veloso considera ainda o combate à inflação como o trunfo mais importante para o governo neste ano eleitoral, na medida em que isso reflete num maior alívio para o custo de vida da população, e que as taxas de emprego subam durante 1982. O ex-ministro acha também fundamental o processo de redemocratização que possa assegurar instituições livres, capazes de negociar questões até agora controladas pelo Estado, como os reajustes salariais.

"Folha": No momento em que se realiza a negociação do projeto Jari, o senhor procura o ministro Delfim Neto para uma longa conversa, o que é que uma coisa teve a ver com a outra?

VELOSO: Realmente, a minha conversa com o ministro foi sobre a relação entre os projetos Jari e Carajás. Em essência, eu acho que o Jari é uma emergência devido ao cumprimento de prazos fatais para pagamentos que estão vencendo. Além disso, a pior coisa que pode acontecer a um governo é não decidir, mantendo assuntos insepultos. E este assunto é importante internamente, com uma relativa importância exterior, embora os mercados de Nova York e da Europa saibam que existem falhas nesse projeto, que tiveram repercussão.

"Folha": Que falhas?

VELOSO: O problema é que alguns resultados não foram como esperavam os responsáveis pelo projeto, principalmente na parte de reforestamento, assim como a própria dimensão do empreendimento, com mais de 30 mil pessoas empregadas, exige uma infra-estrutura e sistema de abastecimento muito complexo para ficar a cargo de apenas uma empresa. As dimensões territoriais e econômicas do Jari geraram problemas técnicos inevitáveis. De modo que se tornou imprescindível encontrar rapidamente uma solução para o assunto.

"Folha": E o senhor concorda com a solução que vem sendo encaminhada?

VELOSO: Acho que resolver o problema através de um grupo de empresas privadas de grande porte é muito preferível a entregar inteiramente o projeto ao controle do Estado. Tem que haver uma participação do governo, como está previsto, em relação à cobertura da dívida externa, provavelmente através do Banco do Brasil, e também a colaboração de órgãos governamentais na realização da infra-estrutura, que é muito difícil, grande e dispendiosa. De qualquer maneira, a liderança do Jari pela iniciativa privada nacional é muito importante. Quero ressaltar, no entanto, que nós temos que reconhecer o grande mérito do Ludwig ao fazer um trabalho pioneiro da maior importância, quaisquer que sejam as falhas encontradas.

"Folha": O senhor não acha que mais uma vez o governo arca com a dívida e a despesa de um grande projeto, deixando o lucro e outras vantagens com a iniciativa privada? Como é que os contribuintes, através do Estado, vão recuperar o que investiram?

VELOSO: A função do Estado é prover a infra-estrutura a todo o País, na idéia de que ela é do interesse nacional. E no caso da assunção da dívida externa, ela é temporária. Espera-se que futuramente, com dividendos, haja uma recuperação desses recursos, que são aplicados também temporariamente para serem recuperados.

"Folha": E no projeto Carajás, qual é a sua participação?

VELOSO: Apenas eu estou desde algum tempo em contato com um número considerável de empresas interessadas em investir em Carajás, embora não se tenha ainda decidido a forma de fazer isso.

"Folha": O senhor representa algum grupo?

VELOSO: Não. Eu tenho trabalhado individualmente. Existe uma associação de empresas brasileiras, sem ainda uma forma jurídica, com várias opções a escolher, na base de projeto a projeto. Uma alternativa seria formar um grupo para cada projeto, outra é formar um grupo para participar de diferentes projetos, e uma terceira seria criar inicialmente uma empresa-piloto para realizar estudos e depois passar para uma fase de investimentos. Então não ficou nada ainda definido porque Carajás tem seu próprio cronograma, com tempo para que essas decisões sejam tomadas.

"Folha": O esforço financeiro do empresariado nacional em relação ao Jari não vai desfalcar Carajás de grandes investidores?

VELOSO: A maneira de conciliar as duas coisas é escalonando-as no tempo. Existe agora a necessidade de definição do Jari. Enquanto isso, estamos trabalhando em alguns aspectos do projeto Carajás, como as consultas ao governo sobre a questão dos incentivos fiscais e o problema dos direitos minerais. Depois disso, e com o assunto Jari concluído, convocaremos o empresariado nacional para Carajás.

"Folha": E vai ter empresariado nacional para atender à convocação?

VELOSO: Esse empresariado nacional, em boa medida, não participou do projeto Jari, cujo "pool" liderado pelo Azevedo Antunes é constituído por cerca de 20 a 25 empresas, a maioria delas do setor financeiro, bancos participares. Assim, nós temos todo o empresariado nacional para participar de Carajás. Eu já recebi comunicação de que muitas das empresas que estão no Jari também querem entrar no Projeto Carajás.

"Folha": O senhor confirma que Carajás é um projeto para 60 bilhões de dólares a um prazo de 5 anos para sua instalação?

VELOSO: Não, não. Carajás vai levar dezenas de anos. O projeto do minério de ferro deve começar a produzir em 1985, e é a infra-estrutura que se vai utilizar para todos os demais projetos. De modo que isso condiciona o "timing" dos outros projetos. Apenas o ferro está estimado num investimento de 4 a 4,5 bilhões de dólares. Aqueles 60 bilhões de dólares são um número teórico que se imaginou para todo o investimento em Carajás, ao longo do tempo. Eu, pessoalmente, prefiro falar numa primeira etapa do Grande Carajás que representaria algo em torno dos 8 bilhões de dólares, a um prazo que se estende até o final da década.

"Folha": E agora, neste ano eleitoral de 1982, como o governo vai ter condições de conciliar seus interesses políticos com uma economia recessiva, que não tem permitido investimentos maciços?

VELOSO: A coisa mais impopular que existe é uma inflação fora de controle. Esse problema, portanto, merece a prioridade cronológica nos planos do governo. E o que se nota é que já há uma desaceleração. O importante não é que ela esteja baixa, mas descendente, porque na medida em que for caindo vai melhorando a situação da população. Este ano ela ainda será alta, porque não se pode obter resultado repetido com um método gradualista como o nosso, ao mesmo tempo, nós temos uma lei de reajustes salariais a cada semestre de acordo com o custo de vida, beneficiando os índices de renda mais baixos. A situação do emprego também não deve piorar. Tudo isso deverá trazer maior alívio à população, com reflexos políticos positivos.

"Folha": O País está em condições, então, de retomar seu ritmo de desenvolvimento?

VELOSO: Progressivamente, o governo deve ir retomando o crescimento, e o Delfim já falou que nós temos espaço para crescer.

"Folha": Para ocupar esse espaço ocioso da economia, ela não teria que ser redimensionada no sentido de transferir a ênfase do mercado externo para o interno?

VELOSO: Esse é o grande desafio do momento: como atender às grandes massas urbanas, as aspirações crescentes da classe média e mesmo da classe trabalhadora, preocupando-se ainda com as faixas de renda mais baixa, em termos de suas necessidades fundamentais, como alimentação, saúde, escola e habitação. Sou favorável, assim, a que se reorientem recursos para esses setores.

"Folha": E a política salarial atende aos interesses dos trabalhadores e dos empregadores, sendo assimilável pela economia?

VELOSO: Essa política salarial deve ser de transição porque os cálculos indicam que se ela for mantida como está, dentro de um certo prazo todos os trabalhadores ganharão salário mínimo. Isso é claro se for levado em conta que pela sistemática atual, algumas categorias ganham abaixo de 100% e outras acima de 100%. Assim, a longo prazo, tudo tende a convergir para um número único. Trata-se, portanto, de um nivelamento por baixo, que ninguém deseja. Não se pode também estabelecer mecanicamente aumentos salariais sem se considerar o que está acontecendo no País, em sua realidade econômica. Ainda há pouco, por exemplo, o Partido Comunista Italiano chegou a propor medidas de contenção salarial muito drásticas, porque em certos momentos isso é preferível ao desemprego. Por tudo isso, sou a favor de que progressivamente haja uma influência cada vez maior das negociações para evitar que o governo venha a estabelecer por lei o que deve ser reajustado. É claro que para as faixas salariais muito baixas sempre deve haver a garantia de um mínimo preestabelecido.

"Folha": Favorecer dessa forma a influência progressiva das negociações implica no fortalecimento das instituições democráticas, como os sindicatos, as associações e os partidos?

VELOSO: É claro. E a abertura democrática nos encaminha para essa situação, em que os sindicatos realmente representativos passam a exercer um papel fundamental no encaminhamento de questões econômicas importantes. Mas não devem ser sindicatos politizados e partidários.

"Folha": O senhor vê algum risco para a abertura ou para o processo de redemocratização do País a partir da recessão econômica?

VELOSO: Não vejo ameaça alguma à abertura nem ao processo de redemocratização. É claro que isso não é um direito adquirido, é algo que se conquista pelo esforço, pela inteligência política, pela racionalidade coletiva, pela ausência de dogmatismos e radicalismos. As dificuldades econômicas não colocam em risco esse processo, cuja peça fundamental são as eleições deste ano que serão realizadas, sem dúvida alguma.

"Folha": E o senhor se candidata?

VELOSO: Ao mesmo tempo em que me atraí a vida parlamentar, para a qual tenho o convite tentador de me candidatar ao Senado, pelo Plau, os compromissos de empresário também me absorvem muito, neste momento. Por isso estou em dúvida ainda. Não estou inclinado a voltar para o Executivo, apesar de alguns apelos para postular o governo do meu Estado. Nos próximos dias teréi novos contatos políticos e então vou me decidir.